

Arquivos Comunitários no contexto do Meio Técnico-Científico-Informacional: agentes de Globalização Solidária e inovação decolonial

Fernanda Parolo de Mattos Nogueira

Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil.

Professora substituta, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil.

Lattes: (<http://lattes.cnpq.br/3259942368161595>)

E-mail: fernandap.m.nogueira@gmail.com

Luciana de Souza Gracioso

Doutora em Ciência da Informação (UFF/IBICT)

Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil.

Lattes: (<http://lattes.cnpq.br/4898201916360294>)

E-mail: luciana@ufscar.br

Submetido em: 01/09/2023. Aprovado em: 01/03/2023. Publicado em: 22/09/2023.

RESUMO

O presente artigo objetiva, a partir do contexto do Meio Técnico-Científico-Informacional, discorrer acerca do Arquivo Comunitário enquanto unidade cultural e inovação de caráter inclusivo e decolonial. Caracteriza-se como uma pesquisa básica, voltada ao desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento, de base exploratória qualitativa, centrada exclusivamente no desenvolvimento de uma revisão de literatura narrativa, tendo em vista a natureza dos assuntos que necessariamente precisariam ser estudados e relacionados. Ao defender um cenário de Globalização Solidária, ressaltam-se os Arquivos Comunitários como potentes agentes, considerando que salvaguardam a diversidade de memórias, buscando a maior representatividade dos grupos sociais. Ao articularem informação, cultura, memória e inovação, são capazes de contribuir no desenvolvimento solidário da sociedade. Deste modo, Arquivos Comunitários, enquanto agentes de Globalização Solidária e de inovação decolonial, podem ser otimizados a partir de preceitos e orientações da Organização das Nações Unidas, em especial, objetivando atender aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Admite-se que a Ciência da Informação e a Arquivologia em um movimento interdisciplinar nos estudos informacionais são a força necessária para a articulação e diálogo entre os elementos mencionados, visando resguardar os princípios de humanidade, ética, inclusão, respeito e decolonialidade.

Palavras-chave: arquivos comunitários; meio técnico-científico-informacional; inovação decolonial; globalização solidária; ciência da informação.

INTRODUÇÃO

Parte-se do entendimento de que o contexto atual pode ser caracterizado enquanto Meio Técnico-Científico-Informacional, expressão esta cunhada pelo geógrafo e sociólogo brasileiro Milton Santos (1994) para compreender os fluxos dos espaços, as configurações geográficas, os desenvolvimentos tecnológicos e os modos de vida. Neste contexto de entendimento, em que se converge técnica, ciência e informação em prol do progresso tecnológico e social, há que se repousar os olhares para as questões perpendiculares ao processo de inovação.

Big Data, Internet das Coisas, Inteligência Artificial são alguns dos termos, por exemplo, que se destacam na representação social atual, que assume os dados, a informação e as tecnologias como insumos do processo de inovação e progresso da humanidade. No entanto, a inovação, apesar de ser uma alternativa perspicaz que busca a solução de problemas, pode estar envolva de objetivos parciais que não trazem benefícios para a sociedade como um todo. Admitindo o poder da inovação para a transformação ampla e efetiva da sociedade, entende-se que esta deva ser um processo que carregue os princípios da ética, do respeito, da inclusão e da decolonialidade.

Estudos recentes na Ciência da Informação e Arquivologia abordam a vertente decolonial, reiterando a necessidade do olhar crítico e ético em relação à produção e à disseminação do conhecimento. Nesse sentido, Pedro Diaz (2021), ao apontar que, historicamente, muitas narrativas de populações subjugadas foram apagadas e violadas, reitera que a imaginação arquivística é um apelo para que nossa sociedade preste atenção aos movimentos contemporâneos que buscam encontrar respostas do passado. Dessa forma, segundo o autor, “os arquivos são locais de esperança e aspiração, mas, além disso, os arquivos também são locais de luta política” (Diaz, 2021, p. 10, tradução nossa)¹.

Assumindo sua postura política e ética, os Arquivos Comunitários são elementos poderosos de representatividade dos diversos grupos sociais, com suas narrativas plurais, indo na contramão do que Adichie (2019), intitula como ‘o perigo de uma história única’. Segundo a autora:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 32).

A fim de contribuir no processo de empoderamento e humanização da sociedade, este artigo apresenta os Arquivos Comunitários como relevantes agentes no Meio Técnico-Científico-Informacional, atuando enquanto equipamentos de resistência contra a ‘Globalização Perversa’. Essa discussão possui o objetivo de tentar visualizar uma outra inovação: decolonial, e uma outra globalização: solidária.

RELACIONANDO OS CONCEITOS

Com a pretensão de desenvolver uma discussão teórica acerca da relação entre os conceitos supracitados, visualiza-se como imprescindível apresentá-los para posteriormente relacioná-los em sua qualidade interdisciplinar. A figura 1 expressa o movimento circular realizado no presente artigo, relacionando os diferentes conceitos, seguida da apresentação aprofundada destes.

¹ Original: “The archives are sites of hope and aspiration but beyond this, the archives are also sites of political struggle” (Diaz, 2021, p. 10).

Figura 1 - Relação entre os conceitos



Fonte: elaborado pelas autoras, 2021.

MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO- INFORMACIONAL COMO O CONTEXTO ATUAL

Nesta pesquisa, utiliza-se, como ponto de partida, a compreensão das relações contemporâneas a partir da noção do Meio Técnico-Científico-Informacional, proposta por Milton Santos (1994), relacionando Técnica, Ciência e Informação ao espaço geográfico e com o processo de globalização. Na perspectiva de Santos (1994), o espaço geográfico é misto, configurando-se como um híbrido entre social e físico, entre um sistema de objetos e um sistema de ações, sofrendo transformações ao longo do tempo. Entender este espaço, do modo como é proposto pelo autor, auxilia-nos a compreender as relações entre objetos, técnicas e pessoas. Dessa forma, segundo o geógrafo, a evolução das técnicas perpassou por três momentos ao longo da história: Meio Natural, Meio Técnico e Meio Técnico-Científico-Informacional (Santos, 1994).

O Meio Natural remete a um período da história em que a atividade humana se encontrava em harmonia com a natureza, em que “[...] o homem escolhia da natureza aquilo que era fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam a base material da existência do grupo” (Santos, 1994, p. 70). O Meio Técnico caracteriza-se pela junção entre o espaço natural e artificial, em que há a significativa substituição de objetos naturais por objetos técnicos, podendo ser exemplificado pelo uso de máquinas e novas tecnologias para as atividades humanas, possuindo como momentos representantes, a Primeira Revolução Industrial e a Segunda Revolução Industrial (Santos, 1994). O Meio-Técnico encadeou o advento do meio no qual vivemos na atualidade: o Meio Técnico-Científico-Informacional, em que estão presentes o sistema capitalista e o processo de globalização, pautados em ciência, técnica e informação (Santos, 1994).

Ainda segundo o autor

O meio geográfico em via de constituição (ou de reconstituição) tem uma substância científico-tecnológico informacional. Não é nem meio natural, nem meio técnico. A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço [...]. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização (Santos, 1994, p. 24).

Nesse sentido, a informação é usada como mais um instrumento de manutenção do poder e de perpetuação de desigualdades sociais, ou como reforça Freire (2006, p. 58) “[...] a globalização representa a materialização de um paradigma que toma corpo a partir do momento em que um novo insumo assume papel de ‘fator-chave’ no desenvolvimento das forças produtivas: a informação”.

Santos (2000) aponta para um cenário de Globalização Perversa, sustentada por um sistema capitalista voraz, em que, de modo não intencional - ou intencional - acaba por, ao globalizar, padronizar as pessoas, monopolizando a informação, a cultura, os pensamentos e os desejos, modelando seres humanos cada vez mais consumidores e menos cidadãos. Outra crítica, sobre esta conjuntura, seria o fortalecimento de hierarquias e polarizações, potencializado por um ambiente de consumo pelo consumo, que são “[...] a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instalam” (Santos, 2000, p. 19). Santos (1994) sinaliza que o processo de globalização unificou as coisas, no entanto, não uniu as pessoas e, assim, ao invés de nos tornarmos unidos, tornamo-nos uniformizados, e ainda que “todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas [...]” (Santos, 1994, p. 13).

Ainda segundo o autor, a globalização é apresentada como uma fábula, que, ao ser percebida pelos grupos colocados à margem da sociedade, é desmitificada. Dessa forma, na “[...] cidade atual a força [...] é dos ‘lentos’, [pois não] comungam com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, [...] [que são distantes da realidade e assim] [...] acabam por descobrir as fabulações” (Santos, 1994, p. 41). Tais grupos, com suas resistências, podem ser exemplificados como: mulheres, negras e negros, indígenas, a comunidade LGBTQIA+, entre outros, que, ao reivindicarem seus espaços e falas, fazem com que a sociedade se torne cada vez mais diversificada, plural e pacífica.

Nesse sentido, Milton Santos (2002) apresenta um cenário virtuoso e democrático, que intitula como Globalização Solidária, um modelo de sociedade globalizada, respeitando as diferenças e singularidades de identidades individuais e de grupos, embasado nos valores de cidadania e solidariedade. Nas palavras do geógrafo

Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão-de-obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização (Santos, 2002, p. 80).

Não obstante, o Regime de Informação confirma-se como noção complementar a compreensão destes fenômenos e de suas relações. Segundo González de Gómez (2012), seria o modo informacional dominante em determinada sociedade, relacionado a aspectos como política, informação e poder. A autora indica que “[...] pareceria ser uma ferramenta interessante para situar e analisar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação [...]” (González De Gómez, 2012, p. 43). Ainda nas palavras de González de Gómez (2012, p. 43) seria “[...] como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem”.

Dessa forma, defende-se que o rol de atores envolvidos em um Regime de Informação no contexto do Meio Técnico-Científico-Informacional seja plural e diversificado, a fim de propiciar que a inovação seja decolonial. Assim, enfatiza-se que o entendimento alcançado, a partir do exposto, é o de que é imprescindível que se admita e se valorize os conhecimentos plurais para fins sociais, ao invés de supervalorizar os dados e informações como mecanismos econômicos apenas. Uma vez que Burke (2016) nos diz que estamos ‘afogando em informação’ e ‘famintos por conhecimento’, para não nos afogarmos em dados e nos alimentarmos de conhecimentos, há a necessidade de assumir uma postura emancipatória.

INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DECOLONIAL COMO CAMINHO

Inovar requer rever posturas, paradigmas e crenças, sendo uma atitude pautada em imaginação, criatividade, cooperação, em que relacionam diversos atores: as pessoas, as empresas, as instituições de pesquisa e ensino, a ciência, dados, informação e conhecimento, as tecnologias, sem olvidar da característica humana a que está vinculada. Deve ser inclusiva e destinada para todas e todos, para que não se torne mais um mecanismo de controle e colonização e para que a sociedade seja inovadora e mais sábia juntas, como um todo.

Dados, informação e conhecimento são os insumos necessários para que a inovação possa ocorrer no âmbito das organizações, empresas, instituições e governos. Inovar é para além de pensar uma ideia nova, aplicar esta buscando resultados que transformem, recriem e melhorem a qualidade de vida da sociedade, envolvendo um rol de segmentos sociais, sendo que “[...] as relações entre ciência, tecnologia e desenvolvimento são interativas, [...] tendo as pessoas como principal força propulsora de um ciclo virtuoso, a pesquisa como base, a inovação como vetor e o desenvolvimento como consequência” (Audy, 2017, p. 75).

A fim de garantir que princípios éticos e humanos sejam respeitados no processo de inovação, as unidades culturais, dentre elas, os arquivos, as bibliotecas e os museus atuam como agentes essenciais nesse processo ao proporcionarem um movimento de organização, disseminação, acesso, uso e democratização da informação. Acerca dessa temática, Freitas e Silva (2016) indicam que uma maior preocupação com o acesso à informação foi intensificada após a valorização da informação como insumo para o desenvolvimento da sociedade e a partir da expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação, fatores que reforçaram a noção da informação como um direito do indivíduo, estando as suas necessidades informacionais no centro.

Discorrer acerca de inovação, suscita não só pensar em dados, em informação e em conhecimento, mas trazer outros aspectos pertinentes como: redes colaborativas, gestão da inovação e *crowdsourcing*. Para que a inovação ocorra, é necessário se pensar na formação de uma rede colaborativa que propicie o engajamento de atores, a troca de conhecimentos e experiências. Segundo Alves e Paixão (2017, p. 464) “[...] a ideia é que estas redes ao cruzarem inovação, e aprendizado, ao ambiente de pessoas dispostas a compartilhar conhecimento, efetiva-se então um processo de fusão do conhecimento”.

A gestão da inovação aparece como uma forma de atuar no desenvolvimento, na implementação, no gerenciamento e na avaliação das condições, quer sejam ambientais, quer sejam culturais, de estímulo à inovação, consistindo em um conjunto de atividades, processo e ações que permitem que a inovação seja contínua (Stefanovitz; Nagano, 2009). A gestão da inovação, seja no âmbito das organizações, seja mais amplo, como das cidades, requer a articulação e diálogo constante dos variados atores. Para que uma região se desenvolva de modo mais inteligente e humano, a inovação deve articular ciência, tecnologia e sociedade, respeitando princípios éticos e os direitos humanos, além de valorizar o conhecimento a nível coletivo, da comunidade local e interdisciplinar.

Dessa forma, “[...] as nações mais inovadoras são aquelas em que o cruzamento dos diferentes saberes é incentivado e alimentado por um sistema de inovação em que a interdisciplinaridade é privilegiada” (Reis; Pinheiro; Cardoso, 2017, p. 15).

Em um ecossistema de inovação, é importante atentar-se aos dados, às informações e aos conhecimentos expressos pela população, prerrogativa essa que embasa o conceito de *Crowdsourcing*. De acordo com Chieh Lu, Gracioso e Amaral (2018), esse termo expressa “[...] a ‘fonte da multidão’ – ou seja, *crowdsourcing* designa uma prática que utiliza da inteligência coletiva para gerar inovação (aberta ou social)” (Lu; Gracioso; Amaral, 2018, p. 2910).

Desse modo, há uma maior e mais efetiva participação da sociedade na construção de sua região, possibilitada pelo uso das tecnologias digitais e da valorização do ciclo dado-informação-conhecimento para a tomada de decisão e desenvolvimento tanto municipal, quanto estadual e nacional. Nesse sentido, os lugares são o palco da inovação, sendo que “As cidades são as plataformas para mudanças globais e locais no século XXI. Paisagens urbanas são os espaços de convergência de economias, culturas, sistemas políticos e ecológicos” (Un Habitat, 2016, p. 161, tradução nossa)².

Apesar dos aspectos positivos da inovação e do desenvolvimento tecnológico, seria leviano se não apontássemos as dificuldades e exclusões que estão envoltas neste processo. Inicialmente, parte-se do argumento de Partridge (2004), que indica haver na contemporaneidade um ‘Fosso digital’, ou seja, a desigualdade digital é apenas uma das expressões da desigualdade social. O autor esclarece que o ‘digital divide’, estando a sociedade cada vez mais dividida entre os que estão ‘ricos’ em informações e os ‘pobres’ em informações. Rampazzo e Vasconcellos (2019, p. 29) salientam que “[...] este é o lado fragmentador e desigual da globalização, já que não se dissemina de maneira homogênea e igualitária pelo mundo. As cidades em tempos de globalização são caracterizadas por diversos contrastes sociais”.

² Original: “Cities are the platforms for global and local changes in the 21st century. Urban landscapes are the convergence areas of economies, cultures, political and ecological systems.” (Un Habitat, 2016, p. 161, our translation).

Salienta-se que a sofisticação das tecnologias não são garantias de geração de conhecimento, por isso a tecnologia deve ser vista como um meio e não como um fim, como uma possibilidade de maior inclusão e de democratização.

A inovação ainda não está em um momento ideal de inclusão e equidade, uma vez que esse processo pode vir a ser colonial, influenciado por vezes a preceitos neoliberais. Embasado nesse argumento, apresentamos as ideias de Jimenez e Roberts (2019), que sinalizam para uma outra inovação, pautada no conceito andino *Buen Vivir* (Viver bem), uma alternativa de inovação pautada na solidariedade e comunidade. Tendo em vista que as realidades e culturas são variadas e distintas no mundo, defende-se neste artigo que o processo de inovação igualmente variado e diverso, uma vez que, segundo Jimenez e Roberts (2019), modelos de inovação do Norte Global acabam sendo frequentemente reproduzidos acriticamente no Sul Global, silenciando, involuntariamente, os saberes locais e valores culturais.

Considerando que a inovação, bem como a maior parte dos processos, não é neutra, pode acabar sendo utilizada para a manutenção de hierarquias e grupos de poder, como apontam Jimenez e Roberts (2019) indicando que estudos em Ciência e Tecnologia demonstram que tal processo reflete valores políticos e ideológicos dominantes, individualistas e neoliberais. Desse modo, apresentam que

[...] seguindo o paradigma *Buen Vivir*, a inovação assume uma forma coletiva que apoiaria o respeito mútuo um pelo outro e pelo mundo natural. Processos coletivos seriam valorizados e a inovação estaria efetivamente beneficiando os bens comuns, em vez dos indivíduos. (Jimenez; Roberts, 2019, p. 187, tradução nossa)³.

³ Original: “[...] following the *Buen Vivir* paradigm, innovation takes a collective form that supports mutual respect for each other and the natural world. Collective processes would be valued and innovation would be effectively benefiting common goods, instead of individuals.” (Jimenez; Roberts, 2019, p. 187).

Ademais, deixam o questionamento: “[...] em um mundo cada vez mais desigual, com enormes riscos ambientais e ecológicos, uma ‘Outra inovação é possível?’” (Jimenez; Roberts, 2019, p. 187, tradução nossa)⁴. Frente ao exposto, é válido defender que uma outra inovação é possível e, considerando os propósitos do presente estudo, isto se daria principalmente com o auxílio de unidades culturais, especialmente arquivos e Arquivos Comunitários.

ARQUIVOS COMUNITÁRIOS COMO AGENTES DE INOVAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO SOLIDÁRIAS

Segundo Caldas (2008), unidades culturais são espaços de produção, organização e disseminação da informação e do conhecimento, atuando diretamente na economia, na política e na cultura do local onde está inserida, sendo que “[...] as unidades culturais (UCs) alcançam uma grande repercussão nas suas localidades e fazem do conhecimento o diferencial para o crescimento da esfera cultural nas suas comunidades” (Caldas, 2008, p. 59). Dentre as várias unidades culturais, neste artigo, destacou-se o arquivo como um agente de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, atuante na minimização dos efeitos negativos das desigualdades, justamente por proporcionarem o acesso à ‘informação rica’ em contrapartida à ‘informação pobre’ (Partridge, 2004). São equipamentos de informação-poder, importantes para a salvaguarda da memória, para a transparência da gestão pública, para o fortalecimento da cidadania, estratégicos para o processo de inovação e principalmente são ferramentas de inclusão social e incorporação de várias vozes no registro da história da humanidade.

Atualmente, os arquivos apresentam algumas tipologias: públicos ou privados, pertencentes a uma organização, pessoa ou família, municipais, estaduais ou federais, e ainda podem ser comunitários.

Neste artigo, cabe especial interesse aos arquivos públicos, por contemplarem os documentos com informações sobre a memória coletiva e sobre a gestão pública, e os Arquivos Comunitários, por englobarem e representarem as vozes de diversos grupos sociais. Bellotto (2004) apresenta que os arquivos, além de zelarem pelo patrimônio documental, proporcionam que os documentos arquivísticos sejam usados com fins científicos, sociais e culturais. Caldas (2011, p. 57) reforça esse argumento ao indicar que “[...] os arquivos redimensionam seus espaços estruturais em condicionantes paralelos do ambiente político, econômico e social das comunidades e traduzem a sociedade e sua esfera orgânica de atuação informacional”. Oliveira (2019) indica que os arquivos públicos são relevantes no planejamento e gestão das cidades, atribuindo a estas maior inteligência, uma vez que possibilitam o acesso e uso da informação.

Não obstante ao propósito do arquivo de salvaguardar a memória e disseminar a informação, com a finalidade de ouvir e registrar diferentes vozes e com o objetivo de reparação histórica, os Arquivos Comunitários transversalizam diversos aspectos: comunidade, valor do local, identidade, práticas independentes, autonomia, valorização da memória de diferentes grupos sociais, justiça social, documentar para salvaguardar, decolonialidade, poder e política, movimentos sociais, entre outros.

No Arquivo Comunitário, a comunidade é quem controla a narrativa, uma vez que as ações de registrar, organizar e disseminar a informação são realizadas coletivamente. Tal comportamento se mostra como uma atividade de salvaguarda da memória e do patrimônio cultural, além de garantir a representatividade do grupo social, sendo relevante o “[...] ativismo arquivístico, que vê a produção de história como uma prática participativa, uma forma de atividade cultural e política” (Gilliland; Flinn, 2013, p. 9, tradução nossa)⁵.

⁴ Original: “[...] in an increasingly unequal world, with enormous environmental and ecological risks, is ‘Another innovation possible?’” (Jimenez; Roberts, 2019, p. 187).

⁵ Original: “[...] archival activism, which sees the production of history as a participatory practice, a form of cultural and political activity” (Gilliland; Flinn, 2013, p. 9).

Não obstante, nesta pesquisa, defende-se que os arquivos e a salvaguarda da memória devem refletir o povo como um todo e em todas as suas formas, consubstanciando o que DeMarco (2016) defende ao expressar que os arquivos devem ser refletidos para o povo e pelo povo. Dessa forma, a participação cidadã é essencial, em parceria com arquivistas para a salvaguarda das memórias dos grupos sociais, fortalecendo-os, sendo que, conforme aponta Poole (2020, p. 668, tradução nossa)⁶ “[...] o trabalho de informação dos arquivos comunitários afirma a natureza politizada do lugar e do espaço”.

Acompanhando um movimento global de fortalecimento da memória de grupos historicamente *periferizados*, como mulheres, negras e negros, indígenas, a comunidade LGBTQIA+, entre outros, há no Brasil iniciativas de arquivamento comunitário, que podem ser observadas, dentre tantos espaços, na literatura em Ciência da Informação, por exemplo, em estudos situados nos Grupos de Trabalho (GT) 9 ‘Museu, Patrimônio e Informação’ e 10 ‘Informação e Memória’, do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib, *online*). No bojo desses GT, são indicadas experiências salutares de Arquivos Comunitários, abordando a resistência, decolonialidade, inclusão e democratização da informação.

Em suma, os arquivos são potenciais equipamentos de inovação e vão além, por serem unidades culturais podem garantir que a inovação seja decolonial, que as histórias e memórias, ao serem registradas, sejam respeitadas e protegidas. São capazes de articular atores, temáticas e objetivos diversos, fomentando a criatividade e a solidariedade. Arquivos Comunitários, democráticos e vivos são o caminho para uma sociedade mais pacífica, sendo os elementos necessários para se alcançar a Globalização Solidária.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO O NORTE

Considerando que os arquivos são unidades culturais imprescindíveis para a inteligência das sociedades e instrumentos de cidadania, memória e informação, configuram equipamentos estratégicos de inovação com viés comunitário, inclusivo e decolonial. Para assumir esse papel no âmbito do Meio Técnico-Científico-Informacional, visando o cenário de Globalização Solidária, em que a inovação seja democrática e decolonializada, é necessário que se embase em valores, ideias, diretrizes e políticas que podem ajudar a reger as suas ações, como a Agenda 2030, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Agenda 2030 foi criada em 2015 e configura-se como um plano de ação da Organização das Nações Unidas (ONU) para a concretização dos ODS nos 15 anos subsequentes. São ao todo 17 objetivos acrescidos de 169 metas, englobando diferentes áreas de atuação de modo equilibrado e integrado, como econômica, social e ambiental (ONU, [201-]). A Figura 2 ilustra os ODS:

⁶ Original: “[...] the informational work carried out by community archives affirms the politicized nature of place and space” (Poole, 2020, p. 668).

Figura 2 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU, [201-].

Destaca-se, nessa conjuntura, segundo Vitoriano (2021), o objetivo 4) Educação de Qualidade, que pode incorporar o arquivo colocando-o como instrumento educativo em instâncias formais e não formais; o objetivo 9) Indústria, Inovação e Infraestrutura, em que podemos pensar que o arquivo é um agente de inovação, sendo “[...] impossível falar de desenvolvimento sem falar em dados, informação e conhecimento, especialmente na inovação” (Vitoriano, 2021, p. 353); o objetivo 10) Redução das desigualdades, que coloca essa instituição de informação como pilar para o acesso à informação de qualidade e confiável; o objetivo 12) Consumo e Produção Responsáveis, espaço este que o arquivo se reforça por sua capacidade de informação e memória, auxiliando na melhoria de serviços e produtos (Vitoriano, 2021). Ademais, segundo a autora, relaciona-se ao objetivo 11) Cidades e Comunidades Sustentáveis e o Objetivo 16) Paz, Justiça e Instituições Eficazes, em que se pode destacar o arquivo como agente na ampliação da recuperação e acesso democrático à informação e para a promoção da paz, por isso a necessidade de fortalecimento dessas unidades.

Ao colocar o arquivo em pertinência com os ODS, destaca-se a relevância destes para o desenvolvimento humano e sustentável da sociedade, como também uma “[...] nova abordagem dos arquivos, enquanto instituição de preservação e acesso à informação, numa perspectiva de atuação integrada aos diversos temas da sociedade” (Vitoriano, 2021, p. 353). Com isso, podemos inferir que Arquivos e Arquivos Comunitários fortalecidos, embasados em políticas públicas, inspirados em atender os ODS e Agenda 2030, por exemplo, podem se tornar agentes de construção e reconstrução da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visualiza-se que ideias e práticas inovadoras, que igualmente respeitam a memória e história de um povo, são potencialmente positivas para a melhoria da qualidade de vida da população. Uma vez que a informação se mostra como a base para que o processo de inovação ocorra, o Arquivo Comunitário enquanto equipamento de informação-poder é agente imprescindível para a garantia de princípios de representatividade dos diversos grupos sociais, de salvaguarda da memória e de cidadania.

Admitindo que o arquivo é uma unidade cultural essencial para o processo de inovação, pois não existe inovação sem informação e memória, acredita-se que a presença de arquivos nas comunidades, cidades, estados e países são imprescindíveis para o desenvolvimento socialmente sustentável. Essa presença deve ser garantida por meio de um esforço de diversos atores sociais, por exemplo, governos, sociedade civil e iniciativa privada, utilizando de ferramentas como leis, políticas públicas, práticas cidadãs, arquivamento comunitário, e diretrizes internacionais como os ODS, que devem sempre respeitar as necessidades e saberes locais.

Trabalhar de modo transversal com os diferentes conceitos que foram trazidos neste estudo se mostrou como uma tentativa de alcançar um cenário de instituições fortes, capazes de agirem e garantirem que a inovação seja constante e, para além disso, seja social, democrática e decolonial, para que possamos viver de fato o cenário de Globalização Solidária. Se ansiamos um mundo que tem como pilar a solidariedade, em que o ciclo dado-informação-conhecimento seja para fortalecer a cidadania e não para reforçar grupos de poder, é necessário se pensar em uma maior cooperação dos atores sociais, com uma postura amistosa e decolonial.

A Ciência da Informação, em sua qualidade interdisciplinar, pode funcionar como um vetor, uma força que una e possibilite cooperar os diversos atores sociais no sentido de garantir a informação para transformação, a informação para inovação, a informação para a decolonialidade. O resultado será um Meio Técnico-Científico-Informacional em consonância com uma Globalização Solidária, um mundo em que informação não desinforme, em que a ciência não seja desacreditada por pós-verdades, que algoritmos não reproduzam preconceitos humanos, que a tecnologia não exclua, mas inclua, que haja a promoção da paz, a redução da pobreza e da desigualdade social, que haja mais equidade e respeito.

Considerando que os Arquivos Comunitários são ferramentas de informação-transformação, que com os ODS podem ser potencializados enquanto instituições de promoção da paz, precisam de uma base acadêmico-científica para o seu desenvolvimento. Pensando nesse fator, reitera-se que os estudos oriundos da Ciência da Informação e da Arquivologia são a força necessária para a concretização do arquivo como instrumento de Globalização Solidária e de inovação decolonial no Meio Técnico-Científico-Informacional. Este artigo se faz no escopo da Ciência da Informação e abarca a contribuição de um rol de campos do saber, discutindo de modo inter, multi e transdisciplinar a temática de pesquisa, colocando como pontos de aproximação entre as áreas: informação, inovação e arquivo. A proximidade com a Arquivologia é evidente, por isso se teve a preocupação de adentrar no universo arquivístico a fim de compreender o papel do Arquivo Comunitário na atualidade.

Assim, não seria plausível tentar interpretar e compreender a sociedade atual sem se debruçar sobre o papel do ciclo dado-informação-conhecimento, sobre o processo de inovação e seus limites e sobre a importância dos Arquivos Comunitários enquanto unidades culturais promotoras da paz. Se o espaço é caracterizado por ser um Meio Técnico-Científico-Informacional e a sociedade vive um cenário de capitalismo feroz, neoliberalismo e Globalização Perversa, quais seriam os atores capazes de reversão? Compete a nós, seres humanos, desvencilhamo-nos da postura narcisista e antropocêntrica e nos assumirmos enquanto outros atores em um espaço que engloba todos os seres vivos, atitude esta que irá reforçar um maior cuidado e harmonia com a natureza. Além disso, cabe a nós restituir os valores de solidariedade e coletividade, transformando nosso meio com base em informação de qualidade, respeito à diversidade cultural e com uma inovação decolonial.

Unidades culturais, em especial os Arquivos Comunitários, são uma alternativa virtuosa para o alcance de um cenário de Globalização Solidária, de cidades inteligentes e humanas, de Inovação *Buen Vivir* e seria positivo se fossem valorizados como agentes potencializadores do bem-estar coletivo e da paz, uma vez que são instituições de informação e esta é assumida como catalisadora do desenvolvimento econômico, cultural e social. O equipamento Arquivo Comunitário pode ajudar na minimização dos efeitos negativos da Globalização Perversa e na democratização da informação, na salvaguarda da memória de diversos povos e para o processo de inovação decolonial.

Partir de premissas que podem soar utópicas, como a Globalização Solidária, podem nos inspirar a buscarmos a concretização de um espaço ideal em que desenvolvimento e inovação estejam em consonância com a ética e a humanidade. O respeito à diversidade dos locais e das identidades culturais em um mundo globalizado pode ser o primeiro passo para a transformação da utopia em realidade. Para finalizar, reitera-se a imprescindibilidade de um pensamento e atitude inter, multi e transdisciplinar, baseado em cooperação e solidariedade, buscando uma sociedade de união e equidade, cujos resultados observaremos ao longo do tempo, nas vozes plurais de nossas crianças.

A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância. O eco da vida-liberdade (Evaristo, 2017, p. 24-25).

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. Tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVES, M.; PAIXÃO, A. Modelos de gestão do conhecimento em redes de inovação colaborativa. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON TECHNOLOGICAL INNOVATION, 8., 2017, Aracaju. *Anais [...]*. Aracaju, 2017. p. 461-469. Disponível em: <http://www.api.org.br/conferences/index.php/ISTI2017/ISTI2017/paper/viewFile/233/184>. Acesso em: 12 maio 2020.

AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142017000200075&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 abr. 2020.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2004

BURKE, P. *O que é a história do conhecimento?* Tradução: Claudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

CALDAS, R. F. *Unidades Culturais em Cidades Inteligentes: proposta de modelo de práticas organizacionais baseado em casos europeus*. Orientador: João Álvaro Brandão Soares de Carvalho. 2008. 400 f. Tese (Doutorado na Área Tecnologia e Sistemas de Informação) - Universidade do Minho, Portugal, 2008. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8858>. Acesso em: 24 out. 2019.

CALDAS, R. F. Bibliotecas, arquivos e museus como centros de referência na dimensão cultural das comunidades. *Informação e Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 21, n. 3, p. 57-69, set./dez. 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/72651>. Acesso em: 24 out. 2019.

DEMARCO, C. Community and Cultural Chronicles: Archives Reflected for the People by the People. *The iJournal: Graduate Student Journal of the Faculty of Information*, [s. l.], v. 1, n. 1, 2016.

DIAZ, P. Critical archives for decolonial literacies: Cultural trauma, biography art and neo-documentalism. *The International Review of Information Ethics*, Edmonton, Canada, v. 30, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.29173/irie390>.

ENANCIB. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. *Coordenações e Ementas de GT*. Online. Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FREIRE, I. M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. *Ciência da informação*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a07v35n2.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2021.

- FREITAS, M. C.; SILVA, C. G. O novo e o atual na Arquivística internacional: a desmaterialização, a interoperabilidade, a organização e o uso da informação em evidência (2011-2016). *In: ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS*, 12., 2016, Castelo Branco. *Anais* [...]. Castelo Branco, 2016. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/36480/1/Art_01_BAD_2016.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.
- GILLILAND, A.; FLINN, A. Community archives: What are we really talking about? *In: CIRN PRATO COMMUNITY INFORMATICS CONFERENCE*, 2013, Prato, Itália. *Anais* [...]. Prato, Itália, 2013. Disponível em: https://www.monash.edu/_data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.
- GONZALÉZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. *Informação e Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2015/12/pdf_3c42553162_0000011948.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020
- JIMENEZ, A.; ROBERTS, T. Decolonising Neo-Liberal Innovation: Using the Andean Philosophy of ‘Buen Vivir’ to Reimagine Innovation Hubs. *International Conference on Social Implications of Computers in Developing Countries*, Springer, Cham, v. 552, apr. 2019.
- LU, Y. C.; GRACIOSO, L. S.; AMARAL, R. M. Crowdsourcing como recurso de produção do conhecimento e da inovação: uma análise sobre seu uso potencial em bibliotecas universitárias. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018, Londrina. *Anais* [...]. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1102/1598. Acesso em: 12 maio 2020.
- OLIVEIRA, T. A. *Arquivos públicos como centros informacionais no contexto de cidades inteligentes ibero-americanas*. 228 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/182298>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- ONU. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. *Plataforma Agenda 2030*. [201-]. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- PARTRIDGE, H. L. Developing a human perspective to the digital divide in the smart city. 2004. *In: AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION BIENNIAL CONFERENCE*, 2004, Queensland Australia. *Proceedings* [...]. Brisbane, Australia, 2004.
- POOLE, A. H. The information work of community archives: a systematic literature review. *Journal of Documentation*, [s. l.], v. 76, n. 3, p. 657-687, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JD-07-2019-0140/full/html>. Acesso em: 15 dez. 2020
- RAMPAZZO, R. F. P.; VASCONCELOS, F. N. Cidades inteligentes e (quase) humanas. *Revista Políticas Públicas e Cidades*, Belo Horizonte, v. 8, n. 4, p. 27-39, 2019. Disponível em: <https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/359>. Acesso em: 12 maio 2020.
- REIS, R. C.; PINHEIRO, M. M. K.; CARDOSO, A. M. P. Inovação na economia do conhecimento: uma perspectiva interdisciplinar. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 18., 2017, Marília. *Anais* [...]. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104566>. Acesso em: 22 jun. 2020
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 30 ed. São Paulo: Record Editora, 2000.
- SANTOS, M. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- STEFANOVITZ, J.; NAGANO, M. S. Gestão da inovação: proposta de síntese conceitual. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 33., 2009, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GCT643.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.
- UN HABITAT. *World cities report 2016 Urbanization and Development: emerging futures*. 2016. Disponível em: <https://wcr.unhabitat.org/wpcontent/uploads/sites/16/2016/05/WCR-%20Full-Report-2016.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2020.
- VITORIANO, M. C. C. P. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Políticas Arquivísticas: o papel dos arquivos municipais na Agenda 2030. *RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 14, n. 1, p. 349-361, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/153366>. Acesso em: 20 mar. 2021.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).